



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 5^a COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 11 DE Julho DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Ramos

Secretário: Ex.^{mo} Sr. Hélder das Neves

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas.

A 5.^a Comissão «Comissão dos Direitos Humanos, Género e Cidadania» auscultou a Sra. Paula António de Ramos, a propósito de uma petição apresentada por esta à 5.^a Comissão.

Fizeram uso da palavra, além da peticionária, as Sras. Deputadas Maria das Neves (MLSTP/PSD), Celmira sacramento (ADI) e Sr. Deputado Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 10 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Accção Democrática Independente (ADI):

Martinho da Trindade Domingos
José Manuel M. Costa Alegre
Celmira Sacramento

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Ramos
Arlindo Barbosa Semedo
Hélder Afonso da Costa das Neves
Maria das Neves

Partido de Convergência Democrática (PCD)

Firmino João Raposo

O Sr. Presidente: — Gostaria de informar que aqui não decidimos, mas no entanto, nós tentamos ajudar sempre a resolver os problemas. É uma competência da Assembleia Nacional de auscultar e também emitir um parecer em relação a isso, como também aconselhar o Governo, porque quem resolve, quem decide e quem faz tudo é o Governo que implementa.

Mas não quero com isso dizer que vamos ficar de lado perante isso. Não estamos a ouvir por ouvir, mas a isto dentro do nosso quadro vamos dar um tratamento possível.

Neste sentido eu queria propor a Comissão, vamos ouvir a senhora e depois faremos algumas perguntas.

Tem a palavra a Sra. Peticionária por favor.

A Sra. Paula Ramos (Peticionária): — Eu chamo-me Paula António Salvador dos Ramos, vivo em Praia Francesa. Fiz uma carta ao Presidente da Assembleia Nacional a narrar as minhas preocupações.

É seguinte: eu trabalho no hospital há 30 anos. Trabalhei na Educação muitos anos, fui fazer formação e trabalho 30 anos como enfermeira de formação geral. Já dei o meu contributo ao nível nacional, porque já trabalhei em Agostinho Neto e em vários sectores do hospital. No dia 3 de Agosto de 2012 eu fui surpreendida com uma reforma que não me calhou bem, porque eu não fui informada, e não estive preparada psicologicamente nem fisicamente.

Eu fiz piquete no dia 1 de Agosto e saí no dia 2, fui para o mercado fazer compra, fiquei surpreendida com a minha colega a dizer-me que eu já não estou a trabalhar.

Eu respondi. Como? Como é que eu não estou a trabalhar, sabendo que não me disseram nada. Quando uma pessoa ingressa na Função Pública, exigem tantos documentos. De qualquer maneira para me aposentarem deveriam me enviar um documento para que eu tomasse conhecimento e dar-me um prazo para que eu pudesse preparar, depois para ir para casa. Como é que me mandar ir para casa sem me avisar, sem me dizer nada.

Ela respondeu-me que estava a falar verdade, e se eu quisesse acreditar que eu iria para Finanças. Que o meu nome já não está no sistema de Finanças. Eu disse a minha colega que não dava para ir para Finanças, senão eu poderia ter um AVC. Caiu-me muito mal na medida em que eu tive uma mãe acamada, em que eu é que era responsável dela.

Tive uma dívida no banco, porque durante os anos que trabalhei, como os senhores sabem eu fui mãe e pai. Portanto, a criar filho e a dar educação para estudar. Toda a minha economia ia abaixo. Não estive a conseguir fazer nada. Eu vivia através do empréstimo no banco. Conseguir fazer uma casa, e foi a única coisa que consegui fazer na minha vida.

Agora, como é que me mandam ir para casa nesta situação? Com dívida! Eu não aceitei o aposento porque praticamente fui torturada. E até agora não aceitei. Porque quando me lembro isso, fico sem forma. Mas como foi o Governo do Dr. Patrício Trovada que me mandou, eu fui para casa e depois fui ter com o Sr. Genésio e ele disse-me que eu deveria estar preparada.

Mas penso que não. Porque não poderia estar preparada. De qualquer maneira deveriam me enviar uma carta a dizer que a partir de tal mês eu deixaria de exercer a função. Assim eu aceitaria, mas ouvir no mercado, isso é maltratar pessoa. Maltratar funcionário e maltratar sãotomense, porque eu também sou sãotomense e dei muito contributo neste país.

Portanto, não deveriam me fazer assim. Entretanto, fui para casa, e de seguida fui acompanhar o Sr. Genésio e ele disse-me que já não há possibilidade e que estou fora de trabalho. Fiquei desde Julho sem salário até Abril é que fui receber o troco de aposento. Tenho um filho a estudar no Marrocos sem bolsa. Ele está a passar mal. A minha filha que me ajudava a pagar dívida no banco, já não tem condições, porque o salário é baixo.

Tenho uma filha em Portugal que envia ao meu filho 50 euros. Ela também tem a sua vida, e precisa de ser construída.

Portanto, estou em casa, não sei o que devo fazer, onde que eu vivo não dá para fazer nenhum negócio, porque é uma zona que não dá para negócio. Eu estou a viver mal, muito mal mesmo. Estou quase a pedir esmola, porque nem comida não tenho. Custa-me comprar voador. Aquilo que me dão nem chega para pagar energia.

Houve um decreto-lei do Presidente da República, o Sr. Primeiro-Ministro falou que aposento a partir de agora é 62 anos. Naquela altura eu ainda não tinha um ano de aposento. Fiz uma carta ao meu director de enfermagem e também ao Ministro de Saúde. Não me deram resposta, não me mandaram chamar para trabalhar. Tenho colegas que nasceram em 1955 e que estão ainda a trabalhar. Só existe diferença de mês, elas fazem anos em Julho, mas estão ainda a trabalhar. Eu que faço em Abril estou em casa. Isso é um desgosto que tenho, porque também ainda não tenho 62 anos. Eu fiz 57 anos em 12 de Abril e mandaram-me para casa. Quem que faz em Julho estão ainda a trabalhar.

Quando enviei aquela carta para Sr. Ministro de Saúde e que não me mandaram chamar, é do meu conhecimento que tenho colega, até posso mencionar o nome, é a Dona Rosita que é professora. Ela nasceu em Janeiro, e o Sr. Ministro de Educação não mandou ela ir para casa. O Sr. Ministro mandou chamar a referida senhora e ela ingressou como funcionária.

Eu tenho colega que trabalha no Ministério de Comércio e pagaram a ela todo o salário. Também tenho colega que fazem ano como eu, no Ministério de Comércio, e não mandaram ir para casa. Ela foi ingressada com o decreto do Presidente da República. Mas não me mandaram chamar. Eu nunca tive algum processo disciplinar, nunca apanhei castigo, sempre trabalhei honestamente.

Portanto, até agora não mandaram me chamar. Eu preciso desse trabalho, porque ele é minha vida. Tenho força para trabalhar. Gostaria de trabalhar para poder enviar ao meu filho dinheiro. Portanto, agradeço por tudo que podem fazer por mim. Eu quero ingressar para o meu trabalho para ajudar o meu filho. Ele está passar mal.

Toda noite eu tenho que desligar energia. Durmo sem energia, porque não tenho condições de pagar energia. Tudo que eu possui, voltou a estragar porque não tenho condições. Fiquei pobre na miséria, quase para pedir esmola. Portanto, eu agradeço, todos que são mães, pais para me ajudar nessa situação.

Eu quero ingressar para o meu trabalho. Eu quero trabalhar. Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — Nós sabemos que este não é o único caso. Há muitos casos desses no nosso país. Foi o problema da interpretação da lei, mas no entanto, eu gostaria de ouvir os Srs. Deputados que querem pronunciar algo sobre isso. O que é que podemos fazer?

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. Maria das Neves (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saudar a Sra. Paula.

De facto tal como disse o Sr. Presidente, o caso da Sra. Paula não é o único caso, mas eu quero também elogiar e felicitar a coragem dela por ter endereçado uma carta a esta Assembleia Nacional relatando esses factos que permitirá que esta Comissão em colaboração com a Mesa da Assembleia possa fazer alguma coisa por isso.

Não há dúvida que tem havido muitas reclamações de pessoas que foram mandadas para casa sem um prévio aviso. As pessoas vêm trabalhando, suponho eu, estando a atingir a idade de reforma deveriam ter um prévio aviso para que se preparasse também no sentido de saberem que estão a atingir a idade de reforma e que vão para casa.

Mas primeiro é que a própria lei não diz isso. O Estatuto da Função Pública não diz que isso tem carácter obrigatório e sobretudo o que mais me admira é se tratando de um sector como a Saúde em que quanto mais tempo se está lá mais experiência se tem, tantos problemas com que a Saúde se depara neste momento, como é que se manda pessoas para casa sem prévio aviso, sabendo que essas pessoas fazem falta ao sector.

Várias vezes já falamos sobre isso, eu lembro-me ultimamente que estivemos num programa da tarde de ossobô onde nós as mulheres fizemos ouvir a nossa voz, no sentido de dizer que não concordávamos com a maneira como essas coisas têm sido feitas. Primeiro, é porque se estamos de facto a lutar pela igualdade e equidade de género, porquê que os homens vão para casa aos 62 anos e as mulheres aos 57 anos.

Segundo, é que a lei como eu dizia não tem carácter obrigatório. Cabe ao sector saber aproveitar as pessoas mesmo atingindo o limite de idade. Mas também já soubemos e tomei conhecimento e ouvi através do porta-voz do Governo, que o Governo tinha decidido que todas as pessoas que quisessem continuar a trabalhar pudessem fazê-lo, já que não há obrigatoriedade das pessoas abandonarem o emprego ou serem afastados do emprego aos 57 anos.

Por isso, é que o Governo dizia que toda gente que se sentissem em condições de continuar a dar o seu contributo podia continuar a fazê-lo porque não havia restrição. Pelo menos até aos 62 anos já não há restrição para que as mulheres possam ser afastadas no emprego.

Por isso, é que eu penso que nós aqui da Comissão devíamos propor a Mesa da Assembleia, suponho que isso não tem assim grandes dificuldades nem grandes problemas a se colocar, porque já é uma decisão do Governo, eu penso que a Comissão deveria pedir a Mesa da Assembleia para que junto ao Governo orientasse no sentido que a senhora retomasse o seu lugar na Saúde dando o seu contributo, porque de facto é uma enfermeira antiga, tem muita experiência. Porque de facto como ela levanta tem muitos problemas e uma pessoa sem prévio aviso, estar em casa, tem filho a estudar, tem que comer, não tem outra alternativa, não tem condições para começar a fazer negócios é relegar pessoa a sua sorte e nós que somos a Comissão dos Direitos Humanos não devemos permitir isso.

Devemos tudo fazer para que se reponha essa situação o mais rapidamente possível.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. Celmira Sacramento (ADI): — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, muito bom dia. Eu como mulher e mãe também não gostaria ficar deferente a situação. Infelizmente, a Sra. Paula recebeu a informação da sua reforma de uma forma menos boa, mas o Governo de então não conhecia a Sra. Paula, julgo eu, era uma lei que não foi bem interpretada na altura, a atingiu.

Eu também quero aqui felicita-la pela coragem que teve em recorrer a Assembleia Nacional, para tentar ver resolvida a sua situação. Mas eu gostaria de perguntar, se fosse um senhor aos seus 62 anos que tivesse atingido a idade de reforma como é que ele teria que receber a informação? Eu também não sei! Não sei se o Governo teria que fazê-lo através de uma carta ou através de um aviso prévio, porque tenho o meu pai que já está na idade de reforma e eu tenho estado a prepará-lo para que em qualquer momento ele deixe de trabalhar.

Também eu sou professora de carreira, trabalho há 18 anos amanhã com 55, 57 ou 62 anos, eu também sei que terei que ser reformada. O processo que houve não sei se foi o melhor, mas nós todos deveremos estar preparados psicologicamente para que quando chegarmos essa idade reformarmos e fazermos a nossa vida.

Infelizmente, dela foi assim, vamos tentar ver o que a 5.^a Comissão e a Mesa da Assembleia poderão fazer nesse sentido, mas infelizmente aconteceu assim.

O Sr. Presidente: — Não sei se outras pessoas quererão intervir neste sentido, mas o que entendi é que a Comissão vai emitir um parecer para enviar ao Governo de forma a tentar repor a senhora.

Não vamos dizer que vamos obrigar o Governo a fazer, porque muitas vezes o Governo toma essas medidas por falta de verba para pagar os funcionários de uma forma ou de outra, mas estamos numa situação que temos problemas sérios com o hospital.

Nós sabemos que os recursos humanos são recursos que não se ganha de um dia para outro. Não se compra só no mercado. Tem que se preparar durante muito tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a Sra. Maria das Neves tira-nos a possibilidade para avançarmos com mais detalhes. Penso que não devemos entrar muito em detalhes, se a lei foi ou não bem interpretada, e diz que a questão de reforma não é obrigatória.

Estou de acordo com esta conclusão para que não entrássemos muito em detalhes e avançássemos nos trabalhos. Penso que é uma recomendação boa. Já ouvimos as duas Sras. Deputadas e da qual também estou de acordo com essa recomendação para que possamos avançar.

O Sr. Presidente: — Penso que estamos de acordo em relação a isso, vamos fazer as *démarches* e se no caso não tenha nenhuma resposta a senhora poderá voltar a contactar-nos para vermos o que poderemos fazer.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Esteve ausente o seguinte Sr. Deputado.

Acção Democrática Independente (ADI):

José António